

Edição de Livros Infantis: Um Campo Predominantemente Heterônimo¹

Vívian Stefanne Soares SILVA²
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Resumo

O campo editorial pode ser entendido como uma estrutura complexa, haja vista sua heterogeneidade. À vista disso, os microcampos que o compõem podem refratar essa característica. Este trabalho propõe-se a discutir a produção editorial de literatura infantil sob este ponto de vista, trazendo à baila a complexidade das relações que permeiam a modalidade, as quais, por vezes, acarretam uma produção relativamente menos autônoma.

Palavras-chave: Literatura Infantil; Edição; Campo editorial.

Introdução

O propósito deste estudo é levantar uma reflexão acerca do campo editorial brasileiro por meio da análise de uma parcela que, nas palavras de José de Souza Muniz Jr. (2019, p. 12), “não é nem similar nem representativa do espaço editorial inteiro”, mas que pode ser entendida como expressiva. Sobretudo, quando consideramos que, no Brasil, a parcela, ou seja, a literatura infantil, é responsável por cerca de 9,20% da produção editorial, ficando atrás, apenas, dos livros didáticos — hoje o grande agitador de mercado — e dos livros religiosos, os quais abarcam respectivamente 47,54% e 18,75% dessa produção³.

Preliminarmente, é relevante apontar que embora existente, de maneira formal, há mais de dois séculos, a literatura infantil ainda permeia um campo que carece de elucidação. Boa parte das questões atreladas ao seu progresso são, sobretudo, questões históricas e sociais, tendo em vista o contexto de seu surgimento e as problematizações

¹ Trabalho apresentado no GP Produção Editorial, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, CEFET - MG, e-mail: vivianstefanne@gmail.com.

³ Dados da pesquisa “Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro”, coordenada pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e pela Câmara Brasileira do Livro, em parceria com o Nielsen Bookscan Brasil. Disponível em: https://snel.org.br/wp/wp-content/uploads/2020/06/Produ%C3%A7%C3%A3o_e_Vendas_2019_imprensa_.pdf. Acesso em 09 out 2020.

acerca de uma literatura que inaugura-se incubida de um propósito pedagógico e à disposição de um projeto social⁴.

Essa história da literatura infantil, especialmente da literatura infantil brasileira, já foi pesquisada e escrita por vários autores de nosso país, os quais apresentaram cenários substanciais, bem como um panorama aprofundado e consistente⁵. Desta forma, nosso propósito não é levantar a historização da modalidade⁶, todavia não podemos deixar de enfatizar que conhecer os princípios norteadores da construção desse campo em nosso país é indispensável ao se propor qualquer discussão, pois são eles que ditam, em grande medida, os pilares das “regras do jogo”. À vista disso, ressaltamos que as discussões por nós levantadas devem ser lidas considerando que a literatura infantil, tal como destacam Lajolo e Zilberman (2007), possui desde seu surgimento certa proximidade com as reivindicações políticas e sociais, de modo que, sobretudo no início de sua produção, essa literatura tem um *status* de mercadoria muito latente.

Essa informação é importante porque tal *status* coloca em xeque a validação literária da modalidade, de modo que é intensamente discutido, principalmente nos anos iniciais de produção literária infantil no Brasil, o estatuto de arte dos livros para as crianças. O fato de ser uma produção literária sob demanda, com pouca liberdade estética e com o propósito de ser utilizada na alfabetização, objetivando educar, instruir e moldar o cidadão nos anos iniciais de sua formação coloca os livros infantis em embate com a concepção de literatura corrente.

Em contraponto, é importante pontuarmos que essa condição ocorreu de forma mais latente no final do século XIX e início do século XX e que o processo de desconstrução dessas primeiras percepções é lento e gradual. Um exemplo pontual desses esforços na história da literatura infantil brasileira é Monteiro Lobato. Até o início de sua atuação, a produção de livros infantis era embrionária, com a constante repetição de temáticas e pouca inovação literária aliadas aos problemas enfrentados pela indústria do livro em geral, como a dificuldade de impressão e distribuição dos exemplares.

⁴ Na Europa, esse projeto inicia-se formalmente no final do século XVII, início do século XVIII, com a ascensão burguesa. Já no Brasil, tardiamente, os livros infantis surgem no final do século XIX, impulsionados pela industrialização e alinhados ao projeto de “construção da nação”.

⁵ Exemplos desses trabalhos são as pesquisas que foram desenvolvidas por Nelly Novaes Coelho (1991) e Lajolo e Zilberman (2007; 2017), isso se considerarmos apenas alguns dos nomes de maior destaque.

⁶ Termo aplicado pela autora em seu trabalho de dissertação (em curso). Resumidamente, julgamos coerente a interpretação de que a literatura infantil pode ser entendida como uma modalidade literária, uma vez que o amplo campo literário engloba uma série de categorias, as quais são determinadas pelas particularidades que as qualificam.

Nesse cenário, Lobato é pioneiro ao perceber na literatura para crianças e jovens um campo editorial fértil e pouco diversificado, apto a ser explorado das mais diversas formas. Como editor, tornou-se pioneiro nas impressões infantis e juvenis, realizando adaptações de textos já consagrados, possibilitando, assim, o exponencial aumento de circulação dos clássicos literários no Brasil, como os contos de fadas. Ademais, foi arrojado nas técnicas de distribuição destes livros, apostando em bancas, no contato direto com os distribuidores e na fidelização de pontos de vendas (COUTO, 2006). Como autor, suas narrativas estavam fora dos moldes tradicionais, perpassando novas temáticas e cenários, tecendo críticas ao sistema brasileiro e atribuindo às crianças o papel de protagonistas de suas histórias. Além disso, revolucionou o universo dos livros infantis quando começou a editar livros com imagens, dando atenção ao papel das ilustrações nas obras e seu impacto do ponto de vista gráfico e editorial.⁷

Deste modo, Lobato abre alas para uma produção de literatura infantil que cresce com o alvorecer do século XX tanto em quantidade como em qualidade, por meio de narrativas aprimoradas pelo uso dos mais diversos recursos visuais e pela implementação de temas antes limitados. Ademais, a profissionalização dos agentes envolvidos na cadeia produtiva do livro em geral reflete no desenvolvimento da modalidade por meio do florescimento de pesquisas, instituições e medidas governamentais que visam promover e difundir o livro para as crianças.

Alguns anos após a fase de atuação do editor eclode o período definido por Lajolo e Zilberman (2007), bem como por Coelho (1991), como o *boom* da literatura infantil, ou seja, um período de grande efervescência, datado da década de 1970. É neste cenário que as dinâmicas que envolvem a produção de livros para as crianças começam a se tornar mais esparsas, ultrapassando a discussão sobre livros literários e livros pedagógicos.

Todavia, a autonomia do campo parece continuar em xeque, pois, uma vez que as obras começam a se estabelecer criticamente perante a sociedade, elas ainda encontram grande limitação para circularem de maneira independente do Estado. Ademais, perspectivas simbólicas são colocadas à baila quando os livros começam a legitimarem-

⁷ Relevante destacar, entretanto, que o trabalho de Monteiro Lobato, embora pioneiro, tem sérios problemas na perspectiva da representação racial. Lobato foi sem dúvidas um expoente na literatura infantil brasileira, mas suas obras, especialmente quando observadas sob a perspectiva atual, são predominantemente de cunho racista e discriminatório.

se no campo literário. Pois, se para os produtos ditos literários o poder econômico não se configura como taxativo, o capital simbólico assim o faz.

A ampliação dessa dinâmica e modo como o campo editorial de livros infantis se relaciona com os campos e as instâncias com os quais mantém uma inter-relação — influenciando e sendo influenciado — são o cerne da proposta deste trabalho, uma vez que, a partir dessa perspectiva, consideramos estar diante de sugestões mais seguras para a sua interpretação.

Literatura infantil e suas relações sob a ótica do campo editorial

Os produtos culturais tendem a perpassar, ao menos, duas facetas: a simbólica e a econômica. Os livros infantis fazem parte dessa lógica e acreditamos que reside nisso boa parte das discussões sobre a “literariedade⁸” destes exemplares. Deste modo, embora haja sobre o livro certa aura de consagração que faz com que tendamos a pensá-lo predominantemente como objeto afetivo, há por trás dessas produções um mercado responsável pelos livros na perspectiva do objeto de consumo, integrado a um sistema econômico, um mercado de bens simbólicos (BOURDIEU, 2007).

No Brasil, a produção editorial em geral é multifacetada, perfazendo um cenário heterogêneo em que múltiplos agentes convivem em constantes disputas pelos mais variados tipos de recursos/capitais. Desde os grandes conglomerados editoriais até os pequenos editores, cada um, ao seu modo, possui um *modus operandi* que engloba, dentre outras coisas, as estratégias para produzir, vender e distribuir livros, a fim de manter-se no mercado. É problemático perpassar essa noção sem que se traga à tona o reconhecido conceito de campo instituído por Pierre Bourdieu (1997):

(...) para compreender uma produção cultural (literatura, ciência, etc.) não basta referir-se ao conteúdo textual dessa produção, tampouco referir-se ao contexto social, contentando-se em estabelecer uma relação entre texto e contexto. (...) existe um universo intermediário (...) no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. (...) A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias (BOURDIEU, 1997, p. 20).

⁸ Embora nesta pesquisa utilizamos o conceito como um dado, modelo que se adequou melhor ao texto, entendemos que o termo — proposto pela escola formalista russa ao julgar possível haver certo conjunto de características que tornava um texto literário — possui problematizações.

À vista dessa definição, a atividade editorial pode ser qualificada como um campo de produção cujo propósito é o de “dar forma material aos textos e de fazer circular conteúdos provenientes de espaços sociais com os quais mantém uma relação de forte interdependência e que, por isso, o habitam” (MUNIZ JR., 2019). Trata-se, assim, de uma estrutura que está inserida no macrocosmo, suscetível às leis e às ações externas, mas que também tem relativa autonomia interna, baseando-se no que Bourdieu define como uma espécie de “jogo” que operacionaliza as relações⁹. John B. Thompson (2013), notório sociólogo americano, parte dessa teoria para evidenciar como todas as práticas adotadas no campo, tido para ele como “um espaço estruturado de posições sociais”, são baseadas nas ações dos outros integrantes, resultando, assim, numa cadeia de relações vinculadas (2013, p.9).

Este espaço de relacionamentos é composto por indivíduos, singulares, mas também plurais — considerando instituições, grupos e empresas—, em que os envolvidos dispõem das mais diversas ferramentas para manter seu lugar ou negociá-lo, a depender de suas necessidades e de sua relação com o grupo. Esse poder de negociação se dá por meio do que Thompson define como “recurso”, ou seja, a capacidade que cada agente tem para mediar suas relações por meio dos bens sociais, simbólicos, econômicos, intelectuais e humanos que venha a possuir. Bourdieu, por sua vez, utiliza para essa definição o conceito de “capital”, sintetizando no termo o poder que confere mobilidade a um agente no campo. Em síntese, numa sociedade estratificada os agentes que nela operam estão interligados por seus vínculos, os quais se sustentam de acordo com o capital que cada um tem e por meio dele, negocia, altera ou assegura seu espaço social.

Nesse meio, o campo editorial é composto por pequenos campos que se dividem de acordo com sua especificidade, cada um segundo a sua lógica interna, mas não deixando de refletir as relações que se sustentam com os outros pequenos campos ao seu redor, nem tampouco as pressões que surgem de “campos maiores”, com os quais o campo editorial se confronta.

Para Muniz Jr. (2019), o campo editorial brasileiro, apesar de heterogêneo, parece ser regulado por forças comuns. Tais forças não se limitam às questões simbólicas e econômicas mais proeminentes na análise da concepção e produção de literatura

⁹Teoria proposta por Pierre Bourdieu em seu livro *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário* (2005).

infantil. Assim, para dar conta da dinamicidade da atuação dos agentes no campo e como eles interferem, especialmente, na produção de livros para crianças, trazemos à tona a proposta do mesmo autor ao abordar as esferas de produção intelectual e simbólica sob a perspectiva dos “espaços de expressão” e “espaços de pressão”.

Os espaços de expressão citados pelo autor podem ser definidos como aqueles em que é possível a criação, a produção intelectual, o experimentalismo. Encontram-se nesses espaços “o campo literário, científico, artístico, educacional, político, religioso etc.”. Em contraponto a esses campos de produção, tida pelo autor como simbólica, estão os espaços de pressão definidos como “forças instituídas que pretendem exercer sobre essa prática — *a prática editorial*, não raro de modo reiterado e sistemático, uma autoridade não autoral”(MUNIZ JR., 2019, p.2 e 3, grifo do autor). São, em grande parte, instituições que visam regulamentar, controlar e comedir os campos de produção, como o campo político, o campo econômico, entre outros.

Essa visão nos parece pertinente para analisar a literatura infantil, uma vez que a modalidade está em completa interação com os espaços de expressão que a produzem e os espaços de pressão que a regulam, tratando-se de “um espaço social poroso” (MUNIZ JR., 2019, p. 2), isto é, um espaço fluído e permeável pelos diversos outros campos com os quais se relaciona, sendo, de maneira ambivalente, tanto influenciadora como influenciada. À vista dessa percepção, propomos o esquema abaixo que busca sintetizar as relações que se sustentam, em maior ou menor grau, no campo editorial de literatura infantil.

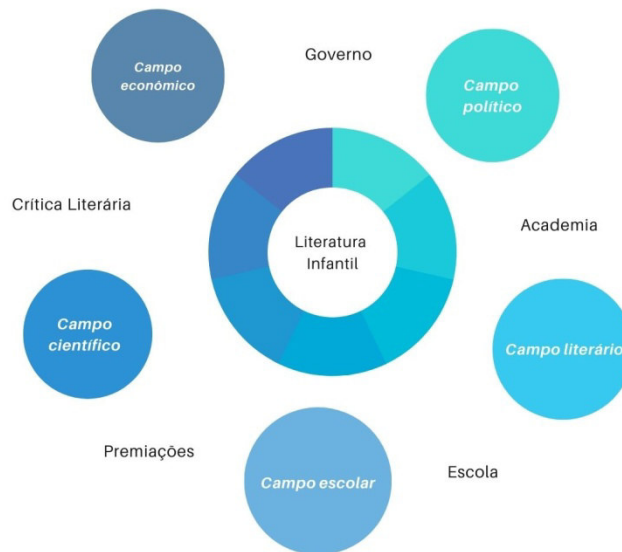


Figura 1 - Elaborado pela autora

O círculo central de múltiplos tons de azul representa o campo editorial e cada uma das tonalidades pelas quais ele é formado são os campos com os quais se relaciona. No centro, está a literatura infantil como parte integrante deste campo e também objeto deste trabalho. Este campo editorial é baseado em relações estruturadas, de modo que os múltiplos agentes — internos e externos ao campo — operacionalizam suas ações com base nos recursos que têm disponíveis, a partir das trocas, oposições, subversões, agrupamentos, entre outras posturas.

Segundo nossa leitura, os campos literário, escolar, científico, político e econômico são aqueles que estão mais próximos do campo editorial de produção de livros infantis. O campo literário é aquele em que se sustentam os autores, seus agentes integrantes. O segundo e o terceiro são tanto campos de produção e legitimação, quanto de regulação: a escola produz conteúdo, mas, em certa medida, também o determina; o campo científico concede autonomia, sobretudo, por meio das premiações literárias, todavia também dita um modo de se fazer e editar livros.

Já os dois últimos campos, econômico e político, são aqueles que majoritariamente atuam como campos de regulação e controle. Ainda assim, importante evocarmos a colocação de Muniz Jr. ao afirmar que “é evidente que em cada subsetor essas forças se fazem sentir de modos particulares” (MUNIZ, JR. 2019, p. 10). Deste modo, as interferências serão vivenciadas nessas produções de modos diferentes,

especialmente, por meio do que entendemos como as principais instâncias atuadoras na literatura infantil e produtos destes campos: o governo, a Academia, a crítica literária, as premiações e as escolas.

Há duas esferas mais evidentes de produção de livros infantis e essas duas esferas visam atender a demanda dos objetos produzidos nos espaços de expressão. A primeira são as grandes casas editoriais, as quais, por terem uma série de privilégios, majoritariamente, optam pela publicação de livros com grande fluxo de venda, os quais perfazem apostas mais assertivas na perspectiva financeira. A parcela remanescente é preenchida pelas pequenas e médias organizações, as quais, em conjunto, perfazem uma fração significativa de mercado. Nessa parcela, concentram-se as editoras ditas independentes¹⁰.

As produções provenientes dos campos literário, científico e escolar circulam, então, por meio dessas casas editoriais, no entanto, entendemos que a autonomia destes campos se dá de uma maneira diferente. Enquanto os agentes do campo literário apontam para a execução de produtos mais autorais, não estando intrinsecamente relacionados com os meios de regulação, os agentes do campo científico e escolar estão constantemente em embate com algumas instituições.

Inserido no campo escolar, o agente produtor de livros infantis não pode ser considerado de maneira isolada dos propósitos deste campo. O campo escolar, como já foi postulado, tem uma relação muito próxima com a literatura infantil, sobretudo por ter sido o iminente mercado consumidor dos livros para as crianças, desde seu surgimento. Assim, uma instância que esteve e ainda está em constante interferência nas produções deste campo é o governo, por meio das políticas públicas de fomento à leitura.

Essa discussão é indissociável daquela que pode também ser estabelecida por meio da análise da atuação do campo político e do campo econômico, como espaços de pressão e traz à tona a heteronomia do campo editorial de livros infantis, ou seja, sua relativa porosidade em relação às demandas externas. A esfera escolar atua em conjunto com a esfera política, isso por que, diferentemente do que acontece no mercado editorial de livros em geral, o grande comprador de livros infantis no Brasil é o governo, responsável pelas compras governamentais. Atualmente, as compras de livros infantis e

¹⁰ Uma ampla discussão sobre o termo é feita por COUTINHO (2017; 2018) e MUNIZ JR. (2016).

juvenis por esse segmento são as grandes propulsoras da produção de livros literários para as crianças.

A aquisição de grandes quantidades de livros para o mercado escolar por parte do governo federal iniciou-se com a criação de programas dedicados à aquisição e à distribuição de livros em âmbito nacional para os mais diversos níveis da educação formal. De maneira abrangente, o programa que teve maior índice de sucesso foi o PNBE – Programa Nacional Biblioteca na Escola. Inaugurado em 1997 e vigente até 2015, salvo raras exceções, o PNBE teve edições regulares e execução contínua. Durante seu desenvolvimento algumas alterações foram feitas na iniciativa original, dentre elas a subdivisão, em 2010, do programa em três categorias distintas: PNBE Literário, PNBE Periódicos e PNBE do Professor (COSSON, PAIVA, 2014). De maneira geral, o PNBE objetivava a compra de livros literários infantis e juvenis para compor o acervo das bibliotecas brasileiras, sendo instrumento de fomento e difusão da literatura.

Suspenso em 2015, o programa foi substituído em 2018 por uma proposta diferente: o PNLD Literário, um apêndice do PNLD – Programa Nacional do Livro Didático que já existia. O PNLD Literário foi alvo de muitas críticas, as quais ainda estão sendo tecidas no decorrer de seu desenvolvimento¹¹. Fato é que, no ano de 2019, o governo adquiriu quase 53 milhões de exemplares por meio do programa. Seu papel tem ainda maior destaque quando consideramos que, no mesmo ano, foram adquiridos 224 milhões de títulos, entre livros didáticos, paradidáticos e literários, ultrapassando sozinho todas as aquisições advindas do mercado¹².

O fato de ser o principal comprador de livros infantis concede ao governo o poder de ditar regras no campo editorial, tais como os temas abordados, o estilo dos catálogos, a concepção de criança e de professor, a possibilidade de acrescentar ou não elementos paradidáticos em textos literários e, nos últimos anos, com o edital do PNLD Literário, somaram-se a todas essas prerrogativas, limitações na edição dos exemplares, como definições prévias de formato e tipos de papel a serem empregados. Deste modo o campo editorial de livros infantis está sujeito às políticas de aquisição do livro que são,

¹¹O PNLD Literário teve até o momento duas edições: uma em 2018 e uma em 2020. Dentre os problemas elencados por críticos e professores, destaca-se o fato de que os livros literários possuem rigidez quanto à forma, tema e abordagem, limitando a produção artística, sendo interpretado com maior proximidade de um instrumento paradidático que de um livro literário.

¹² Pesquisa Painel do Varejo de Livros no Brasil, realizada pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros, em parceria com o *Nielsen Bookscan Brasil*. Disponível em https://snel.org.br/wp/wp-content/uploads/2020/06/Produ%C3%A7%C3%A3o_e_Vendas_2019_imprensa_.pdf. Acesso em 20 jun. 2020.

sobretudo, protagonizadas pelas compras governamentais¹³ e seus temas acabam sendo cerceados pelo conteúdo escolar, posto que grande da produção adquirida para compor as bibliotecas é utilizada num cenário escolar, ou seja, na educação infantil.

Essa discussão ainda é escassa, mas apontamentos relevantes são feitos por Fabíola Farias e Cleide Fernandes (2019), pesquisadoras brasileiras, que asseveram ser “comum que livros sejam produzidos exclusivamente para a inscrição em editais de compras públicas, (...) esse *modus operandi* interfere em toda a cadeia, criando um movimento próprio para a criação, a publicação e a circulação de livros para crianças em todo o país” (2019, p. 20). Destarte, observa-se uma grande dependência financeira, por parte do mercado de literatura infantil e juvenil, das compras governamentais para as escolas, o que torna o governo o principal cliente das editoras.

Nessa perspectiva, os livros que atendem as premissas dos editais de compras públicas têm a possibilidade de serem produzidos e difundidos em larga escala, acrescentando às casas editoriais que os produzem capital financeiro, na medida em que uma compra governamental garante às pequenas editoras a possibilidade de se manterem financeiramente no mercado e de, assim, poderem editar títulos mais próximos da ideologia do empreendimento, os quais não seriam necessariamente adquiridos pelo governo. Já nas grandes editoras, a execução de um edital desse porte significa adentrar nas escolas numa segunda categoria — a literária — posto que parte significativa dessas casas editoriais ocupa-se dos livros didáticos e paradidáticos e, ainda, adquirir um lucro assegurado.

Esse protagonismo do governo na obtenção de títulos infantis é preocupante à medida que limita as produções literárias e dissemina temas e conceitos sob a ótica escolar. Considerando que a escola é, no Brasil, um dos primeiros lugares em que as crianças têm contato com a literatura, a forma como essa literatura é produzida interfere exponencialmente nas percepções construídas pela criança leitora. Para Lajolo e Zilberman (2002):

É essencial, por exemplo, compreender que a literatura infanto-juvenil é um produto tardio da pedagogia escolar: que ela não existiu desde sempre, que, ao contrário, só se tornou possível e necessária (e teve, portanto, condições de emergir como *gênero*) no momento em que a sociedade (através da escola) necessitou dela para burilar e fazer cintilar, nas dobras da persuasão retórica e no cristal das sonoridades poéticas, as lições de moral e bons costumes que,

¹³Dizemos sobretudo porque ainda há que se considerar as compras advindas de programas privados de incentivo à leitura, como o Programa Leia para uma criança, sob a execução do Itaú Unibanco e o Itaú Social; e os clubes de livro que, embora em uma esfera menor, ainda atuam de maneira significativa na compra e distribuição de livros no Brasil.

pelas mãos de Perrault, as crianças do mundo moderno começaram a aprender (LAJOLO, 2002, p. 22).

O papel das escolas nesse processo é demasiadamente relevante. É a escola que, ao deter o poder de, por meio dos programas governamentais, decidir o que entra ou não nas bibliotecas públicas e, conseqüentemente, nas salas de aula, determina quais títulos serão adquiridos e qual será sua aplicação.

Ainda na esfera do campo político, que inevitavelmente parece recair sobre a questão econômica, há que se considerar também que por ser mais heterônimo às demandas externas, o campo editorial de livros infantis é influenciado de uma maneira mais contundente pelas regras sociais, políticas e ideológicas. Ademais, o fato de seu produto ser direcionado para um público em construção — as crianças — torna as intervenções normativas mais contundentes. Isso pode ser tanto vantajoso, como o foi, por exemplo, quando da criação em 2003, da Lei 10639¹⁴ por parte do governo federal, quanto limitante, como ocorreu com as intervenções do já citado PNLD Literário.

Assim, fica claro como a escola se configura tanto como um espaço de expressão como quanto um espaço de pressão, quando vista sob a perspectiva de uma instância regulada pelo governo. Ademais, fica compreensível como as produções lidam com o recurso financeiro advindo do campo econômico que é, neste caso, um campo alinhado ao governamental, uma vez que as compras públicas significam: rotatividade do acervo; divulgação da editora e dos agentes envolvidos; aproximação do campo escolar e, sobretudo, capital econômico.

Resta-nos comentar, então, o campo científico e o campo literário, que aparecem nessa discussão em conjunto, pois instâncias como a Academia, a crítica literária e as premiações são, em grande medida, indissociáveis. Novamente, perceberemos que se insurge neste grupo a questão do capital econômico, muitas vezes como reflexo do percurso da publicação e não como fim, pois um capital que aponta estar mais em voga nesse conjunto é o capital simbólico.

Autoridade exponencial no campo literário, o cânone é definido por Peter Hunt (2010) como uma “corrente principal”. Trata-se de um conjunto de textos literários legitimados por um seleto grupo de críticos que participam de um lugar privilegiado no campo literário. Para Hunt (2010), embora reconhecida e de suma importância, trata-se

¹⁴A medida impõe a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental ao ensino médio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em 21 jun 2020.

de uma instância que possui extremas dificuldades em legitimar a literatura infantil, sobretudo porque, em sua maioria os processos de reconhecimento das obras acontecem a *posteriori*, e a literatura infantil é imediata, abarca a infância, o incipiente, o novo. Ademais, quer seja pelo fato de grande parte dos teóricos considerarem as crianças um público desprovido de senso crítico para tecer julgamento de valor, quer seja pelo fato da literariedade basear-se em textos “bem escritos, substanciais ou importantes” (2010, p. 87), os textos destinados à infância não são recorrentemente reconhecidos nesta instância.

Esta esfera, como podemos em alguma medida pressupor, está atrelada à Academia, pois grande parte da validação das obras literárias é feita por críticos pertencentes às grandes instituições e, assim, também pesquisadores. Para Regina Dalcastagnè, professora e pesquisadora, as pesquisas acadêmicas são “um espaço importante para conferir legitimidade a uma obra ou a um autor, uma vez que são elas que alimentam o processo da educação superior, que, por sua vez, forma, ininterruptamente, novos agentes do campo literário” (D’ALCASTAGNÈ, 2012, p. 9). Deste modo, ao mesmo tempo em que confere reconhecimento as produções infantis quando estas se tornam objetos de suas pesquisas, a crítica literária também rechaça publicações que não atendem às suas percepções acerca do que é literatura.

Estes padrões podem ser percebidos por meio da análise dos livros premiados pelas instituições de legitimação do livro infantil no Brasil. O Prêmio Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro, criado no final da década de 1950 — posteriormente repaginado, convertendo suas iniciais sete estatuetas em 12 premiações, incluindo as categorias Infantil e Juvenil — é um importante agitador desse mercado. Em 2015, o prêmio oportunamente incluiu, ainda, a categoria Infantil Digital, premiando os livros destinados à infância que se sustentavam em suportes digitais¹⁵.

Premiação tão importante quanto o Jabuti, no cenário contemporâneo de livros infantis e juvenis, é a atribuída pela FNLIJ. A Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil distribui desde 1975 o Prêmio FNLIJ - O Melhor para Criança, dividido em 18 categorias, além do *HorsConcours*¹⁶. A FNLIJ realiza ainda a seleção dos livros que irão compor o Catálogo de Bolonha, os quais são expostos em um dos principais

¹⁵ Disponível em: <https://www.premiojabuti.com.br/historia/>. Acesso em 12 jul 2020.

¹⁶ Prêmio atribuído quando o mais votado da categoria já foi premiado pelo menos 03 vezes pela FNLIJ como autor e/ou ilustrador. Assim, o já ganhador é premiado pelo *HorsConcours*, deixando a estatueta tradicional para autores e ilustradores iniciantes. Disponível em: <https://www.fnlij.org.br/site/premio-fnlij.html>. Acesso em 12 jul 2020.

eventos dedicados à literatura infantil e juvenil, realizado anualmente na Itália. O campo literário passa por uma verdadeira efervescência quando dessas premiações e não é raro que um livro seja premiado por ambas as instituições, em diferentes categorias, podendo, ainda, abarcar outros prêmios literários, como aqueles cedidos por revistas especializadas na área; ou por institutos que se dedicam à divulgação científica, a promoção da leitura e a formação de leitores. As premiações são apenas o exemplo mais contundente de como o campo editorial se circunscreve no meio literário e está não só em constante relação com o campo científico, mas também é bastante permeável pelas formas de legitimação do livro e pelos agentes instituídos.

Deste modo, as produções do campo literário que se concentram nas premiações são, em sua maioria, reconhecidas como literatura e desvinculadas daquele caráter pedagógico que citamos no início deste texto. Esse reconhecimento representa um capital simbólico significativo para as editoras e os agentes envolvidos. Não obstante, como foi preliminarmente declarado, como ganho secundário advém o capital econômico, pois os livros premiados são, muitas vezes, objetos de desejo de pesquisadores, colecionadores e amantes da literatura em geral.

Conclusão

Todas essas percepções embasam o que afirmamos acerca da teoria de Muniz Jr. (2019), quando nos referimos à porosidade que permeia o campo editorial de livros infantis. Trata-se de uma parcela muito específica do mercado, cerceada por questões que estão aquém do gosto do público-alvo ou de aspectos simbólicos e econômicos. Deste modo, os livros infantis, muitas vezes, pertencem a dois campos simultaneamente, o editorial e o literário, por exemplo, mas seu jogo de relações é muito mais amplo, pois as disputas travadas além de serem diversas acontecem em múltiplos espaços.

Ademais, o campo editorial pode ser considerado “um espaço social que mantém fortes relações de interdependência com outros espaços sociais nos quais se produzem e se disputam visões privilegiadas de mundo (MUNIZ JR., 2019, p. 3). Tratando-se dos livros infantis essas relações tendem a ser muito mais heterônomas, uma vez que a produção destes textos dificilmente encontra-se desatrelada de alguma forma de legitimação e controle.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Org. Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Trad. Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

COSSON, Rildo; PAIVA, Aparecida. **O PNBE, a literatura e o endereçamento escolar**. Remate de Males. Campinas, v. 34, n. 2, p. 477-499, jul./dez. 2014.

COUTO, Marina Vargas. **A indústria editorial no Brasil**: trajetória, problemas e panorama atual. Escola de Comunicação Social. Monografia em Produção Editorial. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. 66 f.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea**: um território contestado. Rio de Janeiro: UERJ / Vinhedo: Horizonte, 2012.

FARIAS, Fabíola Ribeiro; FERNANDES, Cleide Aparecida (2019). **Apontamentos sobre livros para crianças no Brasil**: criação, edição e circulação. In: PINHEIRO, Marta Passos; TOLENTINO, Jéssica M. Andrade. (Orgs.) (2019). *Literatura Infantil e Juvenil: campo, materialidade e produção*. Belo Horizonte: Moinhos; Contafios.

HUNT, Peter. **Crítica, teoria e literatura infantil**. Trad. Cid Knipel. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira**: histórias e histórias. São Paulo: Editora Ática, 2007.

_____. **Literatura infantil brasileira**: uma nova/outra história. Curitiba: PUCPress, 2017.

MUNIZ JR., José de Souza. O editor como (mediador) intelectual e o espaço editorial como ilusão de óptica: apontamentos teórico-metodológicos. In: Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 19, 2018, Belém. **Anais** [...]. Belém: Universidade Federal do Pará, 2018. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0068-1.pdf>. Acesso em: 12 out 2020.

THOMPSON, John B. (2013). **Mercadores de cultura**: o mercado editorial no século XXI. Trad. Alzira Allegro. São Paulo: Ed. Unesp.